

Resultados de 2018

Santa Maria Comercialização e
Serviços de Energia Ltda.

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2018**

Rua Aurélio Gatti, 22
Esplanada - Colatina/ES
CEP: 29702-642
Tel: (27) 2101-2323

Resultados de 2018

Índice

Relatório da Administração	3
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado do exercício	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8 – 15
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	16 – 19

Relatório da Administração

Senhores Sócios,

A Administração da Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (“Santa Maria Comercialização” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais e as adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço patrimonial

Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	Passivo	<u>Nota</u>	<u>2018</u>
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	999	Tributos		1
Total do circulante		999	Total do circulante		1
			Patrimônio líquido	5	
			Capital social		1.000
			Prejuízos acumulados		(2)
			Total do patrimônio líquido		998
Total do ativo		999	Total do passivo		999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Demonstração do resultado

Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

Demonstração do resultado**Em 31 de dezembro de 2018***(Em milhares de reais)*

	<u>2018</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(6)</u>
Prejuízo operacional	(6)
Resultado financeiro	<u>5</u>
Receitas financeiras	5
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(1)
Impostos	<u>(1)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(1)
Prejuízo líquido do exercício	<u><u>(2)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital social	1.000	-	1.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.000</u>	<u>(2)</u>	<u>998</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração dos fluxos de caixa**Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.****Demonstração dos fluxos de caixa****Em 31 de dezembro de 2018***(Em milhares reais)*

	<u>2018</u>
Fluxo de caixa da atividade operacional	
Prejuízo líquido do exercício	(2)
Aumento em tributos	<u>1</u>
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	(1)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento	
Integralização de capital social	<u>1.000</u>
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	1.000
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>999</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	999
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>999</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (“Santa Maria Comercialização” ou “Companhia”) é uma sociedade empresária limitada, de direito privado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A Companhia, controlada da Santa Maria Participações S/A, foi constituída no dia 14 de novembro de 2018 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação; e (ii) a prestação de serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial, incluindo a gestão de empreendimentos relacionados à energia elétrica.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Santa Maria Comercialização se manteve em fase pré-operacional, aguardando as autorizações dos órgãos reguladores e fiscalizadores para iniciar suas operações, previstas para abril de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 01 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 6.1.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Resultados de 2018

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- Compensação de saldos (“*offsetting*”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

c) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no regime do lucro presumido, considerando as seguintes premissas: (i) imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestralmente; e (ii) contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

f) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados.

As receitas financeiras compreendem, predominantemente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras.

3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis**a) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos financeiros**

- Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). As categorias existentes no CPC 38/IAS 39 são eliminadas pela nova norma.

Os novos requerimentos de classificação não produziram efeitos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

b) Outras alterações

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao IFRS 15 Receita de contratos com clientes;
- Alterações ao IFRS 4 para adequação à aplicação da IFRS 9;
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

3.3 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a) ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Os impactos da adoção dessa nova norma ainda estão sendo avaliados pela Companhia.

b) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017;
- CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil;
- CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária;
- CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria;
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa;
- IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures;

Resultados de 2018

- IFRS 10 – Demonstrações consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas: Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Composição</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	13
Aplicações financeiras de curto prazo	986
Total	999

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Patrimônio líquido

5.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia era de R\$ 1.000, sendo que 99,99% das quotas representativas desse montante eram detidas pela Santa Maria Participações S/A.

6. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

(a) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que impactem os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 986.

(c) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

6.1 Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- (i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;
- (ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e
- (iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018:

Resultados de 2018

	Nível	<u>Valor contábil</u> 2018	<u>Valor justo</u> 2018
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)		999	999
Custo Amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	2	13	13
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras de curto prazo	2	986	986

* * *

ADMINISTRAÇÃO

Henrique Barbieri Coutinho
Sócio Administrador

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores
SANTA MARIA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA.
Colatina, ES.

Av. Nª Sª da Penha, 520 | 3º andar
Ed. Quintão – Praia do Canto
29055-131 – Vitória – ES

T: +55 (27) 3314 5610
T: +55 (27) 98147-2000

www.bakertillybr.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 01 de março de 2019.


Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5


Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC 1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC 2ES000289/O-5